

## 1. ARTÍCULOS

# O debate em torno da emergência dos Estudos Culturais no Brasil

THE DEBATE AROUND THE EMERGENCY OF CULTURAL STUDIES IN  
BRAZIL

*Roberto Henrique Seidel*

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)/  
Universidade do Estado da Bahia, Brasil  
rseidel@uneb.br

RESUMO: O presente ensaio aborda alguns dos debates em torno da emergência da área dos estudos culturais nos departamentos de Letras no Brasil. O ponto de vista de abordagem é a teoria da literatura. Enquanto hipótese de trabalho, defende-se a afinidade entre as áreas dos estudos culturais em suas mais variadas vertentes, da teoria literária, da crítica cultural e dos estudos emergentes das teorias da decolonialidade em sua vertente latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE: estudos culturais, teoria literária, crítica cultural, debate, Brasil.

ABSTRACT: This essay focuses on some of the debates surrounding the emergence of the area of Cultural Studies in the departments of Literature in Brazil. The approach point of view is the Theory of Literature. As a working hypothesis, we defend the affinity between the areas of Cultural Studies in its most varied aspects, of Literary Theory, of Cultural Criticism and of emerging studies of theories of Decoloniality in its Latin American aspect.

KEYWORDS: Cultural Studies, Literary Theory, Cultural Criticism, debate, Brazil.

## INTRODUÇÃO

Traçar a história do estabelecimento de uma disciplina ou de um campo de pesquisas implica em pressupor o caráter subjetivo inerente a tal empreitada. Isso se torna ainda mais característico quando se entende, de um lado, que a própria narrativa da história é subjetiva e, de outro, que o sujeito narrador foi e é participante dessa história. Assim me surge como inevitável que o presente ensaio traga marcas que dizem algo sobre o local de onde surge esta enunciação; também dizem algo sobre o histórico de formação intelectual de onde este sujeito da enunciação fala. Dizendo-o de outra forma, equivale a levar em conta a formação do autor (em teoria da literatura, subárea de estudos culturais), os locais e as instituições nas quais a formação do autor foi efetivada (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em Recife, no estado de Pernambuco, na região Nordeste do Brasil; Universidade de Freiburg, em Freiburg, na região sul da Alemanha), bem como os locais e as instituições em que o autor atuou e atua como docente-pesquisador (UFPE; Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS e Universidade do Estado da Bahia – UNEB, ambas na Bahia, na região Nordeste do Brasil). Seriam também relevantes os locais, as instituições e os pesquisadores com os quais o autor travou contato ao longo dessa história<sup>1</sup>.

A delimitação de uma disciplina ou de um campo também enseja o desenvolvimento de uma teoria, com fins de sua fundamentação – entenda-se teoria como uma reflexão relativamente sistemática sobre aquilo (sobre as premissas, os princípios) que nos orienta em nossa prática. Em alguns casos, encontramos uma pluralidade de teorias;

<sup>1</sup> Isso, contudo, seria enfadonho. Apenas registro aqui os nomes de pesquisadores cuja atuação e cujos trabalhos, por não serem citados diretamente, me foram de grande influência: da área da literatura, Prof. Dr. Roland Walter (da UFPE), Prof. Dr. Walter Bruno Berg e Prof. Dr. Hans Günter Renner (ambos da U. Freiburg, Alemanha); e, da área da comunicação, Profa. Dra. Angela Prysthon (da UFPE) e Prof. Dr. Albino Rubim (da Universidade Federal da Bahia – UFBA).

em outros, várias correntes teóricas se afinam em torno da nova área. Comuns também são disputas por primazia; hierarquias estabelecidas são desfeitas e outras novas organizadas. Debates, contendas e por vezes críticas violentas tomam lugar – é a própria “ordem do discurso” que é questionada quando surge um novo campo. Neste aparte, os estudos culturais se apresentam desde o começo “como un campo de estudios de índole más bien híbrida. Siempre estuvieron entrelazados con otras cosas: con la sociología, los *media-studies*, los *film-studies*, la crítica literaria, la antropología, etc.”, conforme o próprio Stuart Hall o coloca em entrevista a Miguel Mellino, em 2007. Hall acrescenta ainda que a heterogeneidade teórica faz parte dos estudos culturais, de forma que “trabajar a partir de repertorios conceptuales distintos no marca diferencia alguna; aun más: me parece lo más natural del mundo” (14), concluído que o importante é o objeto de estudo e o tipo de abordagem.

Considerando que “o método de trabalho dos Estudos Culturais [britânico, em seus inícios nas décadas de 1940 e 1950] partiu da análise literária para a cultural” (Bordini 14), seria possível de afirmar que não houve propriamente “uma teoria”. Dizendo-o de outra forma: em sua prática inicial, o campo dos estudos culturais utiliza em parte o arcabouço teórico existente para a análise de textos literários e o “transfere” para outros “textos” de caráter mais “cultural”; ou ainda, na prática de suas análises literárias são incluídos aspectos antes não levados em consideração ou deixados de lado, o que seria uma mera mudança de foco de interesse (portanto, aplicação a novos objetos, segundo novas abordagens).

De toda forma, em sua prática, fundamentação, implantação, expansão e globalização, os estudos culturais se beneficiaram pelo que se convencionou chamar de “ascensão da teoria” (Eagleton, *Teoria*) no âmbito dos estudos literários e por aquilo que Terry Eagleton chama de “idade de ouro da teoria cultural” (*Depois da teoria* 13), localizando-a de 1965 a 1980. Essa questão da teoria, enquanto “gênero textual” de caráter eminentemente ensaístico (em um sentido definido por Richard Rorty [66]); ou ainda em um sentido de “teoria sem disciplina” (conforme o próprio Hall), perpassa o presente texto, mas não de forma sistemática. Tal tarefa deve ficar para outro momento.

Junto com a história da delimitação da área e do estabelecimento de suas prioridades, a sua difusão ou implantação em outros locais é também questão que merece atenção. Ela vai depender de muitos fatores, não só

daqueles de ordem subjetiva, mas também de outros tantos de ordem cultural, estrutural e conjuntural reinantes no novo local. Com respeito à globalização da disciplina, Hall afirma, na entrevista já citada, que não crê que se possa falar de estudos culturais globais. Para ele, estaríamos assistindo antes a um processo que ele denomina de “*indigenización*”, “*creolización*” ou “*glocalización*”. Com isso ele quer dizer que, de fato, há uma expansão mundial, mas que em cada local os estudos culturais vão se conformar de maneira diferente. O motivo principal – e isso é importante de frisar – são as relações que os estudos culturais estabelecem na abordagem do vínculo entre cultura e poder. Não se trata de uma abordagem formal ou descritiva da cultura, mas o desmascaramento da interrelação entre cultura e poder. Portanto, “realizar *cultural studies* significa un intento de identificar los vínculos de la cultura – del significado o del *meaning making* – con otras esferas de la vida social, o bien con la economía, la política, la raza, la estructuración de las clases y de los géneros, etc.” (15). Por outro lado, ainda em termos globais, a atenção para o campo dos estudos culturais tem se mostrado em crescimento, conforme veiculado no documento *Journal Citation Reports 2016*, o *JCR 2016*, da Thomson Reuters, agência que monitora o fator de impacto de periódicos acadêmicos – da lista dos periódicos que recebem resposta do seu primeiro fator de impacto, consta que a área dos estudos culturais (*Cultural Studies*) é a categoria que teve o maior crescimento, em termos de percentagem, de novos periódicos naquele ano. Este último dado, por si só, já justificaria uma atenção para a área.

A partir destas observações introdutórias, resulta que o texto que se segue tenha o caráter de uma certa parcialidade: ele narra uma história (aquela de que o autor participa) a partir de uma determinada perspectiva, restando sempre possível outras histórias. Ao mesmo tempo, os tópicos selecionados abordam algumas vertentes teóricas dos estudos culturais considerados importantes na fundamentação do campo no Brasil e que, a meu ver, necessitam ser revisitados, principalmente a partir do ponto de vista de onde o autor escreve. A seleção pode ser encarada arbitrária, mas ela caminha no rumo de uma hipótese do desenvolvimento local dos estudos culturais, a saber, a intersecção dos estudos culturais com os estudos decoloniais – esta é uma percepção empírica, ao menos em universidades mais periféricas e mais jovens (com menos de vinte anos ou um pouco mais), nas quais ocorre algo semelhante ao que Sigmund Freud disse sobre o início da difusão da psicanálise nos Estados Unidos: “[L]a falta de una arraigada tradición científica y la menor rigidez de

la autoridad oficial han sido decisivamente ventajosas” (141)<sup>2</sup>. Além disso, a historicização da chegada dos estudos culturais e da sua relativa institucionalização no Brasil foi marcada, como se quer demonstrar, por enfrentamentos por parte de representantes de algumas universidades mais antigas, algo a que a palavra “emergência”, no título, procura remeter, assim como a define Eneida Leal Cunha (*A emergência* 74):

... a emergência é sempre um lugar de enfrentamento e de afrontamento, de embate entre forças dominantes e forças [...] dominadas, e, portanto, não pode ser compreendida como o ponto inaugural de alguma coisa nem como uma continuidade, mas como efeito de deslocamentos, reposicionamentos ou inversões.

## I. A VIRADA LINGUÍSTICA E O SIGNO

Para um entendimento da emergência dos estudos culturais, enquanto área de preocupação disciplinar, é importante colocar em certo relevo o contexto, ao final da segunda e ao longo da terceira décadas do séc. xx, do que se convencionou chamar de Virada Cultural (do inglês *Cultural Turn*). Como mais recentemente pesquisadores da história das ideias localizaram uma nova virada cultural, a saber, na década dos 1980, aquela vem sendo denominada Primeira Virada Cultural e esta, Segunda Virada Cultural – a primeira também por vezes chamada de “o culturalismo dos anos 1930”, podendo-se, por extensão, também falar de “o culturalismo dos anos 1980”. Importa, pois, para a compreensão da centralidade do âmbito cultural e da sua importância crescente, desde meados da primeira metade do século passado, entender historicamente o que foram estas duas viradas.

Para as ciências humanas, ou ciências do espírito, foi de grande importância a descoberta do “signo”<sup>3</sup>, no enquadramento do que muitos pesquisadores denominam de “virada linguística”, em finais do séc. xix

<sup>2</sup> Em 1909 ele foi convidado a proferir uma palestra por ocasião de uma universidade em Boston que comemorava vinte anos de existência.

<sup>3</sup> Claro que já se falava em signo desde os primeiros filósofos do ocidente, mas não da forma como vai ser postulado com o estabelecimento da disciplina da linguística. Para um aprofundamento, veja-se as obras de Winfried Nöth.

e inícios do séc. xx, respectivamente, por Charles Sanders Peirce e por Ferdinand de Saussure. É de se assinalar que esses dois professores/pesquisadores, ao que conste, não tiveram notícia um do trabalho do outro, demonstrando assim que ambos perceberam e fixaram algo de muito importante para o mundo em que viviam: a crescente importância para o ser humano do âmbito das representações, da semiósfera; de que nada havia de perceptível para o ser humano fora da representação conseguida por intermédio dos signos. Peirce postulou e desenvolveu em sua vasta obra uma teoria geral dos signos, chamada por ele de semiótica; Saussure, por sua vez, propôs a semiologia, uma ciência geral dos signos, a ser desenvolvida ainda. As duas proposições, contudo, não obtiveram eco imediato; a semiótica de Peirce ficou no limbo por algumas décadas; o mesmo ocorreu com a proposta da semiologia de Saussure. – E o curioso, com respeito à semiótica, que aqui nos pode dar uma ideia sobre a história do estabelecimento, da fundamentação, do desenvolvimento e da “morte” de um campo, uma área ou disciplina, é que a semiótica chega ao final do séc. xx com a marca da “hipercomplexificação”<sup>4</sup>, por isso acaba por ser abandonada, saindo de “moda”, por assim dizer.

## 2. A PRIMEIRA VIRADA CULTURAL

A primeira virada cultural teve, de forma geral, dois vetores. Um deles ocorre dentro da própria área das letras, a partir da recepção da obra de Saussure, principalmente no leste europeu. Essa corrente teórica de abordagem do texto literário, a partir dos pressupostos da linguística, é conhecida como Formalismo Russo. Pretendia-se fundamentar o estudo e a pesquisa do texto literário a partir de uma concepção cientificista e formal, em detrimento de acepções impressionistas ou de mera “explicação” do texto. Tal corrente hoje é encarada como datada, apesar da sua persistência relativa nos manuais didáticos. Em seu desenvolvimento, o formalismo vai se desdobrando em outra corrente, no estruturalismo, este já incorporando, em seus pressupostos, aspectos da semiologia e da semiótica, chegando até o desenvolvimento de abordagens que receberam nome genérico de “semiótica da cultura”,

<sup>4</sup> A hipercomplexificação ocorre quando um campo/área/disciplina não mais pode ser dominado, passando então ou a ser abandonado ou então subdividido.

mas ainda carregadas de um forte anseio cientificista e formal. De maneira geral, é possível fixar que o formalismo e o subsequente estruturalismo tiveram importante papel para a delimitação de um conceito de texto que, se a princípio “formal”/“estrutural”, centrado no entendimento e na descrição do funcionamento interno do texto e na análise conteudística intrínseca, vai se manter atual até hoje ainda, que seria a noção expandida de “texto da cultura”, colocando no horizonte da área da literatura a análise de arranjos textuais para além do meramente linguístico (p. ex., análise de um quadro, de um filme, de uma canção).

O segundo vetor, importante para as humanidades em termos de redefinição do conceito de cultura, vem da antropologia estrutural. Desse ângulo de visada e de forma geral, pode-se encarar o estruturalismo como uma corrente teórica que ocorreu no âmbito de todas as ciências humanas, mas os resultados mais profícuos vieram da antropologia estrutural. Caso façamos um exercício imaginativo em torno do estabelecimento da antropologia e de uma de suas subáreas mais importantes neste contexto, a etnologia, veremos que ela – a antropologia –, ao final do séc. XIX e inícios do séc. XX, estava a serviço do imperialismo e neocolonialismo europeu, sendo principalmente caracterizada pelo “pesquisador de gabinete” – é a fase da “antropologia clássica”. A partir da segunda década do séc. XX os antropólogos/etnólogos saem de seus gabinetes e vão a campo – tais como, Franz Boas e Bronislaw Malinowski –, passando ao exercício da etnografia, tecnologia que até hoje se mantém e vai se aprimorando a cada geração de pesquisadores. A partir daquela década, antropólogos e etnólogos passam a estudar os povos não-europeus, ditos “primitivos”; tentam desvendar as leis de parentesco, as línguas, as formas de organização social, os hábitos alimentares, etc. – em suma, tratava-se de descrever e compreender as estruturas da cultura humana. Claude Lévi-Strauss é aqui um nome importante, como representante dessa proposta e nos diz diretamente respeito, já que ele veio junto com a “comissão francesa” de docentes e pesquisadores que vieram fundar a Universidade de São Paulo, tendo inclusive desenvolvido pesquisas no Alto Xingu, nos anos 1920. A ele também é atribuída a responsabilidade pela difusão da ideia do “relativismo cultural”<sup>5</sup>, que surge como uma das mais importantes “descobertas” dessa primeira virada cultural. *Grosso modo* consiste a ideia

<sup>5</sup> A ideia do relativismo cultural remonta originalmente a Franz Boas, cuja obra, ao contrário da de Lévi-Strauss, não se difundiu tanto.

do relativismo cultural no seguinte: seres humanos em tempos e lugares diferentes encontram soluções distintas para problemas semelhantes. Isso implica, em tese, em afirmar que nenhuma das soluções encontradas pelos seres humanos poderá ser considerada “errada”, “primitiva” ou resultado de “menor desenvolvimento”. Dissemos “em tese”, pois há que se considerar que até hoje tal noção, por mais fundamentada que seja, não é endossada, de forma que a classificação das culturas humanas ainda é escalonada (hierarquizada) em graus que vão do “desenvolvido” até o “primitivo”.

Nas pesquisas acadêmicas, contudo, a circulação da noção de relativismo cultural encontra muitas ressonâncias, principalmente na percepção da alteridade cultural. Vale entender etimologicamente o primeiro termo da expressão. Alteridade é palavra de origem latina; *alter* significa, nesta língua, outro. Alguns autores preferem o termo como surge em português ou espanhol: outridade, *otridad* (Paz). Já outros autores formam a palavra a partir do radical grego *hétéros* (diferente, nesta língua): heterogeneidade (Cornejo Polar). Mais raros são os termos alogeneidade (do radical grego *alógenos*, que significa oriundo de outro local, estrangeiro [Seidel, *Embates*]) e alienígena (do radical latino *alius*, estrangeiro), apesar de possuírem a mesma conotação.

O alógeno, o alienígena, o outro, o diferente culturalmente foi, de certo, uma outra grande descoberta desse momento histórico. Termos diretamente implicados, dentro de uma visão dualista característica do pensamento ocidental, são: identidade (da palavra latina *idem*, o mesmo), mesmidade (de mesmo), homogeneidade (do grego *homos*, o mesmo).

É desse contexto geral da primeira virada cultural também a mudança do discurso racista para um discurso étnico (Schwarcz). Apesar de questionada por alguns autores como sendo mera mudança “retórica” (Martinez-Echazábal) – portanto, uma simples substituição de termos/palavras –, de forma geral, pode-se arriscar dizer que as ideias baseadas em teorias do racismo científico em voga no séc. XIX cedem para um discurso em torno da noção de etnia. A diferença aqui é que raça, no contexto daquelas teorias, era concebida como marca biológica; enquanto que etnia passa crescentemente a ser encarada como uma construção cultural. – Novamente vemos aqui que o saber acadêmico pouco conseguiu frente ao fato de que o racismo ainda até hoje persiste...

### 3. O SIGNO INVESTIDO IDEOLOGICAMENTE

Fixado até aqui brevemente o que pode ser considerado importante para a primeira virada cultural no âmbito das pesquisas em humanas de maneira mais ou menos geral, falta abordar escopo teórico não de somenos importante, notadamente aquele gerado pela sua vinculação com a teoria marxista da infra e super-estrutura. Este campo gerou vastíssima bibliografia e quase a totalidade está vinculada à questão cultural. A teoria marxista clássica entendia a infra-estrutura como o regime econômico (p. ex., feudal, capitalista, socialista) de uma sociedade em etapa determinada de seu desenvolvimento – vale ressaltar que o objetivo era chegar a uma sociedade comunista como ponto máximo do télos (fim) histórico. Super-estrutura era compreendida como o âmbito das opiniões, ou melhor, das ideologias, do conjunto das ideias políticas, jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas, etc. correspondentes a cada uma das infra-estruturas, ou seja, a cada um dos regimes econômicos. A relação clássica era meramente casuística: em se mudando a infra-estrutura (o regime econômico), acarretar-se-ia como causa a mudança da super-estrutura (do conjunto das ideias [da ideologia] – da cultura ou das mentalidades, para usar termos hoje em uso). Ocorre que, ao longo da primeira metade do séc. xx, muitos autores começam a sustentar a revolução a partir da intervenção no âmbito das ideias (na super-estrutura); portanto, a partir da intervenção no campo da cultura, das mentalidades.

Um dos que tratou do tema foi o russo Mikhail Bakhtin (Volochínov) que, em seu *Marxismo e filosofia da linguagem*, dedica-lhe um capítulo (39-47). O autor formula a questão de outra maneira: entende a infra-estrutura como a realidade e as super-estruturas como produzidas pelo signo investido ideologicamente, gerando uma comunidade semiótica em cujo bojo ocorre a luta de classes.

De fato, a essência desse problema, naquilo que nos interessa, liga-se à questão de saber *como* a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, *como* o signo reflete e refrata a realidade em transformação. [...] O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes (40, grifos do original).

Ocorre, com Bakhtin, no entanto, que sua obra passa relativamente despercebida por algum tempo, tal como ocorreu com os trabalhos

de Peirce. A noção bakhtiniana de signo investido ideologicamente, arranjado sob a forma de texto da cultura (enquanto discurso – esse será o conceito subsequente, na corrente teórica pós-estruturalista), como arena dentro da qual ocorre o embate de classes, será percebida e desenvolvida, de maneira mais ou menos análoga, em dois locais diferentes, ambos importantes para uma compreensão do transcurso histórico dos estudos culturais, como veremos nos dois tópicos seguintes.

#### 4. A ESCOLA DE FRANKFURT

Tem se enfatizado (Seidel, *Teoria crítica* 16-29) a importância, para os estudos culturais e a crítica cultural, de um conjunto de aportes aglutinados em torno do Institut für Sozialforschung (Instituto de Pesquisas Sociais), da Universidade de Frankfurt, Alemanha. Apesar de ser conhecida como Escola de Frankfurt, trata-se antes de um grupo de pesquisadores oriundos de diferentes áreas em torno da preocupação da fundamentação programática de uma teoria crítica da sociedade, de algo que primeiro recebe o nome de “teoria crítica”, para mais tarde ser chamado de “crítica cultural”. A teoria crítica tem seu parentesco antecedente com a institucionalização da disciplina da sociologia no séc. XIX, quando da tentativa de desenvolver uma teoria em torno da “crítica social”. Em sua mutação – da crítica social para a teoria crítica –, concorre fortemente o viés marxista, que contribui, na análise do devir da totalidade social, para uma postura de crítica da ideologia, sendo esta aqui entendida ainda enquanto uma explicação distorcida da realidade, que opera na dissimulação e distorção das relações de poder assimétricas. Entender o funcionamento da dominação e das relações de poder era o que pretendia o grupo inicial de pesquisadores da Escola de Frankfurt. Para isso era necessária uma consciência, uma compreensão aprofundada. Fazer teoria crítica era, pois, exercer um tipo de postura crítica que ensinava uma sorte de filosofia que fundisse teoria e prática, que pretendia pensar e realizar a emancipação dos sujeitos. – Vê-se, portanto, um projeto ainda na linha do Iluminismo.

Em que pesem os desenvolvimentos posteriores dos frankfurtianos – tais como, análise da reprodutibilidade técnica da obra de arte (Walter

Benjamin), crítica da razão instrumental, crítica da racionalidade dos fins, dialética do esclarecimento (Theodor W. Adorno, Max Horkheimer), teoria do agir comunicativo, ética do discurso (Jürgen Habermas), o outro da justiça, gramática dos conflitos sociais (Axel Honneth, Ingeborg Maus, Hans Joas) –, para os efeitos dos estudos literários, de um ponto de vista geral, a empreitada da análise crítica da cultura de massa gerida pela engrenagem capitalista (o cinema, o rádio, a publicidade, a televisão, etc.), entendida essa mesma cultura de massa como conjunto de instrumentos a serviço da alienação e dominação sócio-política dos sujeitos, mostrou-se uma orientação limitada. Isso por dois motivos: a orientação de mera crítica ideológica restringia a complexidade do literário; e, os estudos literários eram de certa forma estigmatizados, pois a literatura era encarada como estando em convivência e promiscuidade com a alta cultura burguesa (Schøllhammer 41-2, nota 2).

Mesmo assim, o debate em torno da cultura pós-moderna, levou a que autores como Jürgen Habermas fossem intensamente lidos na área da teoria literária, por exemplo. O debate era cultural e estético a um. Tratava-se de verificar se o projeto da modernidade poderia ainda ser mantido, ou se deveria ser descartado. Os frankfurtianos – enquanto representantes da tradição de pensamento alemã – debatiam com duas outras grandes tradições de pensamento ocidentais em torno da manutenção ou não do projeto iluminista: com a tradição francesa pós-estruturalista e com a tradição pragmatista anglo-americana.

De forma geral, é possível de reconhecer em todas as gerações da Escola de Frankfurt, apesar do viés de defesa de uma sociedade democrática “mais ou menos liberal”, o intento de um pensamento de esquerda, por mais problemático que este termo possa soar. Isso se reconhece principalmente no esforço da geração pós-holocausto, que se preocupou em fundar teoricamente possibilidades de antever, de prever mesmo, arranjos sócio-políticos que pudessem levar a futuros holocaustos. Em outras palavras, tratava-se, para estes pesquisadores, de lutar teoricamente por uma sociedade em que a possibilidade do regime de estado de exceção, de instituição de holocaustos, não fosse possível. Essa era uma tarefa que urgia fosse tratada teoricamente em vários âmbitos concomitantemente, não apenas em termos disciplinares específicos – daí porque ainda lemos estes autores, daí a sua relevância ainda atual para os estudos culturais e a crítica cultural.

## 5. A ESCOLA DE BIRMINGHAM

Costuma-se remontar, ao menos uma das linhagens de origem dos estudos culturais, ao Centre for Contemporary Cultural Studies (cccs), da Universidade de Birmingham, Inglaterra, fundado por Richard Hoggart, em 1964<sup>6</sup>. Alguns nomes – e obras – aqui são reiteradamente citados como fundadores (Escosteguy 88): Richard Hoggart (*The Uses of Literacy* [1957]), E. P. Thompson (*The Making of the English Working-class* [1963]) e Raymond Williams (*Culture and Society* [1958]).

Contudo, é o próprio Williams que, em “O futuro dos estudos culturais”, chama a atenção para o fato de que a história dos estudos culturais é escrita com base em textos, o que, segundo ele, não confere, pois o projeto dos estudos culturais foi definido antes em termos “mais informais”. Lembra o autor – lamentando-se, inclusive – que muitos dos que colaboraram ativamente no projeto de definição e colocação em prática da nova área não chegaram a escrever textos e, portanto, não entraram para a história da área. Está ele a remontar a origem da área para dois grupos que, já ao final do séc. XIX e inícios do séc. XX, representavam uma “demanda” real, que foi atendida por um dos “contribuidores” dos estudos culturais: os estudos literários ou os de língua inglesa, no caso (aqui também é de se referir o capítulo “A ascensão do inglês” de Terry Eagleton). A demanda vinha da educação para adultos, em cujo contexto havia pessoas que, mesmo privadas da educação formal, haviam se tornado leitoras; e, mais especificamente, de mulheres que não haviam tido acesso ao ensino superior e educavam-se por intermédio da literatura. “Ambos os grupos queriam discutir o que haviam lido, e isto em um contexto para o qual eles levavam sua própria situação, sua própria experiência” (Williams 173).

Para esta potencial clientela, nos anos 1940 e 1950, na Inglaterra, um grupo de professores de língua e literatura inglesa passa a oferecer cursos de extensão. Esses professores têm em comum o trabalho com a cultura popular, com a cultura dos trabalhadores, sustentado por um marco teórico amparado no marxismo, principalmente. Apesar disso, a proposta original, de forma geral, é encarada mais como política do que propriamente analítica.

<sup>6</sup> É importante ter em mente que esta linhagem é a que se institucionalizou e difundiu no mundo anglófono, migrando imediatamente para os Estados Unidos e, de lá, difundindo-se globalmente.

Em 1969, Stuart Hall assume a direção do Center. A sua importância é considerada determinante, na medida em que incentiva a implantação dos estudos étnicos, a pesquisa dos meios de comunicação de massa e a análise de práticas de resistência dentro das diversas subculturas. Concomitantemente, neste período de contra-cultura, os estudos culturais acabam se tornando motor de uma intelectualidade de esquerda. Os efeitos teóricos e políticos, como aponta Ana Carolina Escostegui, fizeram-se sentir fora dos muros da universidade, na medida em que se constituíram “numa questão de militância e num compromisso com mudanças sociais radicais” (89).

No Brasil, a discussão da identidade cultural, nos termos em que o conceito foi proposto por Stuart Hall, fez imensa escola, principalmente por intermédio da ampla difusão da obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, cuja primeira edição em língua portuguesa é de 1992. A repentina descoberta de si, por parte de grande parcela da população brasileira, como sendo afrodescendente, levou com que a discussão da identidade cultural fosse urgente e necessária. – Com isso não se pretende, obviamente, negar a existência da luta histórica do movimento negro, mas tão somente assinalar que o debate da identidade cultural se ampliou para círculos mais abrangentes naquela década, dentre as quais também a presença mais marcante da figura do intelectual negro em espaços formais, tais como, na universidade.

## 6. A SEGUNDA VIRADA CULTURAL

Os estudos culturais talvez possam ser responsabilizados em uma certa medida por uma preocupação mais ampla em torno deste objeto privilegiado pelas ciências humanas, a saber, a cultura. Isso se deve porque a própria dinâmica do capitalismo, nas últimas décadas do século xx, passa a operar com uma lógica cultural. A noção de capitalismo tardio vem de obra homônima do economista Ernst Mandel, que considera este estágio do capitalismo mais puro do que qualquer uma de suas fases anteriores. A época em que se decretou o fim disto ou daquilo – fim das grades metanarrativas que sustentavam a coesão social (tese proposta em 1979 por Jean-François Lyotard); fim das ideologias; fim da história, etc. – recebeu o nome de era pós-moderna em termos socioculturais

e de pós-modernismo nas artes. Frente ao desaparecimento do sujeito individual, tudo se torna pastiche, como apontou Fredric Jameson (43).

Ocorre mesmo uma sensibilização generalizada diante da importância da cultura: como capital simbólico, como objeto de consumo, como fator produtivo, como âmbito privilegiado para a organização da convivência humana. Numa era em que tudo era considerado cultural, tanto a cultura moderna, quanto a pós-moderna e a global passam a ser discutidas. O enfoque inter, trans e multidisciplinar que os estudos culturais vão desenvolvendo são, em certa medida, adequados à reflexão acerca de novos sujeitos culturais – étnicos, marginalizados, subalternos. Daí que os estudos em torno da identidade – identidade cultural, identidade de gênero, identidade étnica – foram os que mais escola fizeram. Em uma época em que o indivíduo parece não mais se ver como uno, fragmentado que está em um mundo igualmente em estilhaços – i. e., sofre processos de dessubjetivização por meio da fragmentação –, a discussão da identidade parece que foi crucial e certamente serviu à difusão mais globalizada dos estudos culturais especificamente. Além disso, a mudança mais generalizada com relação à importância da compreensão da cultura, da própria cultura pós-moderna e global enquanto objeto de pesquisa, gerou algo como que ressonâncias, senão decisivas, ao menos importantes sobre o sujeito pesquisador.

Seria, pois, no decurso dessa segunda virada cultural, desde meados dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, quando se organizam os *readers* em torno da disciplina, que ela se globaliza, de carona com a propalada crescente importância do cultural no âmbito do capitalismo global. O *reader* é uma espécie do que denominaríamos no Brasil de “apostila”: uma reunião de trechos, por vezes capítulos, de livros de autores considerados importantes para subsídio de leitura em torno de certa temática, em determinada disciplina; a diferença – e não é pouca! – que a nossa “apostila” fica numa pasta em alguma loja de reprografia, enquanto que o *reader* é prontamente publicado por alguma editora multinacional. Um exemplo desses *readers* é o *The Cultural Studies Reader*, organizado por Simon During, em primeira edição de 1993, ampliado e republicado em 1999, e em 2001 disponibilizado na rede mundial da computadores pela própria editora. Outro deles é *What is Cultural Studies: A Reader*, organizada por John Storey e publicada em 1996.

Neste sentido ocorre um duplo movimento. De um ponto de vista dos estudos literários, será talvez esta vertente globalizada do *reader*,

em parte asseptizada do escopo materialista, que vai ser ou, de um lado, reproduzida pela *intelligentzia* acrítica antenada de plantão, ou, de outro, recusada veementemente pelos defensores dos elevados produtos do espírito do gênio ocidental<sup>7</sup>. Mais do que batalha discursiva, no Brasil o nome dado à chegada mais enfática dos estudos culturais aos departamentos e cursos de letras das universidades, em fins dos anos 1990, é caracterizada mesmo como “guerra cultural”. Por ocasião do congresso da Abralic realizado em 1998, essa batalha foi expressa da seguinte forma – e o texto também prontamente publicado na revista *Cult*, então de circulação nacional para público não-especializado (“Dossiê Estudos Culturais”. *Cult* 43-56):

... no horizonte dos estudos literários atuais convivem duas tendências principais (pela sua força ideológica): para evitar a fácil oposição entre progressistas e retrógrados (que a esta altura da história esclarece pouca coisa), empregarei as locuções “politeístas literários” e “monoteístas literários”. Os primeiros lêem e produzem a literatura (hoje, no ensaio crítico, o crítico revela-se também escritor) a partir de parâmetros diversificados, geralmente locais, étnicos, políticos (eles não fingem ignorar o fato de que no Brasil, por exemplo, além do português, são falados o iorubá e 180 idiomas indígenas); os segundos aferram-se ainda a um critério único, considerado talvez atemporal, eterno, absoluto (Medeiros 45).

A maneira como essas duas tendências se desenvolveram desde então veremos um pouco mais à frente, quando tratar da institucionalização dos estudos culturais no Brasil.

<sup>7</sup> Aqui talvez seja necessário ter em mente que, no Brasil dos anos 1980, chega a cultura pop norte-americana, que é recebida sem muita reflexão pelas parcelas burgueses urbanas. Neste segmento poderíamos alocar também certa parcela de acadêmicos que, orientados para os modismos teóricos, vai dar as boas vindas aos estudos culturais em sua vertente mais norte-americana; portanto, sem incorporar a vertente materialista. Um outro grupo de intelectuais e acadêmicos de formação marxista e esquerdista vai veementemente recusar os estudos culturais, já que entre eles existe forte sentimento de anti-americanismo. E há um terceiro grupo de acadêmicos que poderia ser denominado de “anacrônico”, pois se orientam ainda em pressupostos teóricos anteriores ao pós-estruturalismo e aos estudos culturais.

## 7. A VIRADA NARRATIVÍSTICA (NARRATIVISTIC TURM)

Concomitantemente ao *boom* que se plasma em expansão global da disciplina, delineiam-se aportes teóricos que tentam dar conta da centralidade da narrativa para o momento histórico-cultural da humanidade em crescente intersecção global. Ora, a narrativa é de interesse específico da teoria literária, dos estudos literários e, desde priscas eras no Ocidente, também da história<sup>8</sup>. Do campo da história é, pois, que vem sistematização importante que se acrescenta ao escopo dos estudos culturais. Trata-se da corrente teórica conhecida como novo historicismo, representada principalmente por Stephen Greenblatt, autor que se dedica à relação entre cultura e poder em seus trabalhos. Além disso, desse contexto também é importante assinalar a perspectiva narrativista da história, por vezes denominada de “virada narrativística”.

Hayden White, um dos representantes da perspectiva narrativista da história, afirma a centralidade do enredo para o discurso histórico. Para ele, a narrativa não seria meramente um entre outros gêneros possíveis da historiografia. A narrativa seria antes uma função constitutiva em qualquer escrita da história, de forma que a procura do historiador seria por estruturas profundas de ordem e coerência, bem aos moldes da preocupação das pesquisas da narratologia da época do estruturalismo.

Outro historiador do novo historicismo, Dominick LaCapra, ao englobar, em sua reflexão sobre a escrita da história, filósofos como Nietzsche, Heidegger e Derrida, bem como teóricos da literatura como Bakhtin, defende o ponto de vista de que a interpretação histórica tem por meta realçar as tendências que estejam em conflito, tanto em textos quanto em contextos que resistem às tentativas da história de representar, de forma objetiva e coerente, a realidade histórica. É aqui que LaCapra utiliza o conceito de dialogia, de Bakhtin, enquanto ferramenta teórica que lhe possibilite que “o passado autônomo continue desafiando as tentativas do historiador de domesticá-lo na ordem discursiva”, como aponta Schøllhammer (37). Em meio à complexidade dos fatos e à

<sup>8</sup> Temos na *Poética*, de Aristóteles, a oposição entre a mimesis do poeta e a mimesis do historiador; esta seria específica, porque atrelada a um evento fático, único; aquela seria geral, porque diz de evento que, por não ter ocorrido, em sendo verossímil, sempre terá validade. Em outros termos, o historiador teria que se ater ao fato; o poeta, entendido como o artista, poderia operar com o vir-a-ser.

incoerência dos documentos, haveria contestações intrínsecas que nem sempre podem ser reduzidas a uma única explicação. Para LaCapra, a história seria, pois, “conversação e diálogo com o passado”, ao invés de “reconstrução do passado”.

O ponto de confluência entre os dois historiadores é assim caracterizado por Karl Erik Schøllhammer:

Apesar das divergências óbvias entre os dois historiadores, ambos concordam quanto à importância da teoria da literatura para a solução dos impasses epistemológicos da historiografia e da teoria da cultura, e insistem na necessidade de procurar inspiração para os discursos das ciências humanas nas experiências da literatura do século xx. Tanto White quanto LaCapra lamentam a separação havida entre o discurso histórico e a criatividade da literatura contemporâneas em consequência do movimento modernista das primeiras décadas do século. Para White, a historiografia rejeitou a experiência do texto modernista, restringindo-se a importar modelos de representação próprios do romance realista e, portanto, inspirados na ciência positivista (37).

Eu acrescentaria agora, sob a compreensão da centralidade da narrativa, essa dimensão histórica, nomeada pela narrativa, para além da palavra – sintomaticamente em desuso – “estória”, evitando a grafia em inicial maiúscula da palavra “história”. Restaria, então, história, sem aspas, sem maiúsculas, sem a corruptela da retirada do “h”. O que haveria, seriam história, histórias, equivalendo-se à narrativa, a narrativas. – Esse parece ser o legado mais contundente da corrente do novo historicismo e dos aportes da perspectiva narrativista da história. O corolário é que cada evento, fato, acontecimento – indistintamente – terá que ser re-narrado cada vez, com pontos de vistas novos, esquecidos, relegados, quando não negados; sempre gerando, pois, presumíveis efeitos de sentido distintos.

Talvez daí o diagnóstico de Schøllhammer (34), de que, dentre os demais discursos científicos – ou disciplinas – que participam dos estudos culturais, tais como, a história, a antropologia, a filosofia, a sociologia, há uma apropriação dos achados teóricos oriundos da teoria literária. Isso teria duas consequências, ambas produtivas: para a teoria literária arrecada-se uma nova visada, resultante da circulação de conceitos, noções e teorias – como no caso específico da teoria da narrativa –, de uma área

disciplinar para outras; para a literatura, enquanto obra estético-cultural, resulta uma valorização da criatividade, da experiência textual e poética dos autores, quando eles são utilizados para análise em outras áreas, que não os estudos literários. Diretamente o autor não traça relações causais entre a teoria literária e os estudos culturais para chegar a esta conclusão, mas é possível ver que as áreas podem responder conjunta e integradamente aos novos desafios.

Do visto até este ponto, pode-se concluir que muitas disciplinas participam dos estudos culturais. Além disso, há discursos vizinhos aos estudos culturais, em cujo contexto há preocupações autoreflexivas sobre a forma como se constitui discursivamente o objeto de investigação.

Entre os principais resultados positivos dos estudos culturais destacamos a atenção em torno dos discursos científicos como expressão direta das transformações culturais na medida em que cresce a consciência sobre a construção discursiva do próprio objeto “cultura”. Nesta perspectiva, os estudos culturais se norteiam não apenas por objetivos e estratégias de pesquisa intrínsecos das ciências humanas mas também por conceitos de texto, de ficção e de literatura, que influem diretamente sobre prioridades e opções de análise que, às vezes, se articulam como diferenças políticas, porém, em muitos casos, têm origem em conceituações divergentes do discurso e do objeto textual (Schøllhammer 33).

Em última instância, as questões da propriedade do discurso (quem é dono?) e da legitimidade (quem tem o direito da narrativa?) surgem quando se discute a relação entre cultura e poder.

## 8. OS ESTUDOS CULTURAIS EXISTEM OU NÃO EXISTEM, AFINAL, COMO ÁREA DISCIPLINAR, NO BRASIL?

Qual seria a relação dos estudos culturais com os estudos literários, a teoria literária, com a educação, tanto na graduação, quanto na pós-graduação no Brasil? – Essa questão me interessa fixar neste tópico.

“Os Estudos Culturais não existem no Brasil como área disciplinar” – assim constatou, em artigo publicado em 2004, Renato Ortiz. Explica

ele, que o ensejo do artigo surgiu a partir de um questionário que lhe fora enviado por pesquisadores da Universidade de Stanford, enviado a ele e a vários pesquisadores e intelectuais latino-americanos. De saída, coloca a sua desconfiança, problematizando que os pesquisadores que elaboraram o questionário tomavam a existência dos estudos culturais como “realidade incontestável” em outros locais, que não no contexto do desenvolvimento das ciências sociais – diz ele – em seus próprios países – i. e., na conjuntura norte-americana. Adenda que os estudos culturais nada teriam de “universal”, de maneiras que o seu desenvolvimento no Brasil ou na América Latina dificilmente poderia ser o mesmo. Nisso, é certo, senão a maioria, ao menos vários pesquisadores concordam. Contudo, reconhece-se na voz de Ortiz um certo ranço anti-americanista-do-norte, salvo engano. Volto à fala de Ortiz e à sua percepção sobre os estudos culturais na América Latina mais adiante. Por ora queria contrastar a sua fala com a de Maria Elisa Cevasco que, em obra publicada um ano antes do artigo de Ortiz, afirma o contrário:

Como muitos outros países, o Brasil teve formas de estudos culturais bem antes de a disciplina se transformar em mais uma grife acadêmica a ser exportada pelo mundo anglo-saxão. Mas a data oficial de seu reconhecimento institucional no país pode ser 1998, ano em que a Associação Brasileira de Literatura Comparada, Abralic, que reúne professores e pesquisadores da área, escolheu para seu congresso bianual o tema “Literatura Comparada = Estudos Culturais?” (Cevasco 171).

Se a Abralic de 1998 pode ser considerada a data da institucionalização do campo, a realização do congresso seguinte, no ano de 2000, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, com o tema “Terras & Gentes”, quando traz Stuart Hall como conferencista de abertura, estabiliza o interesse pela área, ao menos na área de Letras e Literatura. Conforme adverte Liv Sovik nos “Agradecimentos”, a vinda do autor para este congresso fez com que surgisse nele a vontade de ver editada em português uma coletânea de textos de autoria dele, organizada pela própria Sovik, com o título de *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Eneida Leal Cunha, uma das organizadoras do congresso de 2000, assim se expressa:

O trabalho de organização do evento, que me fez ler os resumos dos cerca de 900 trabalhos propostos, pôs em evidência um outro aspecto – talvez aqui seja melhor dizer um outro argumento para auscultarmos os Estudos Culturais –, mais restrito à questão disciplinar, à transgressão dos controles ou a perda dos apoios disciplinares que constituem o seu sistema de proteção e de legitimação (*Estudos* 24).

A autora, a partir da leitura dos resumos propostos ao evento, vê aflorar a questão disciplinar, mas em sentido negativo. Ao invés de perceber uma maior delimitação e fundamentação, ela percebe uma quebra das hierarquias que protegem os limites disciplinares, o que diretamente remete ao aspecto da legitimação, das relações de poder.

No tópico anterior, sobre a virada narrativística, citamos artigo de Karl Erick Schøllhammer, publicado em 2000. Começa da seguinte forma o seu texto: “Pretendemos neste ensaio refletir sobre algumas consequências da popularidade crescente dos estudos culturais no campo da teoria da literatura” (33). O autor parte da premissa de que não haveria qualquer contradição entre os dois campos, reconhecendo, contudo, que aqueles teriam uma preferência por estudos mais empíricos, enquanto esta estaria mais marcada por um discurso conceptual e abstrato. Ao invés de preocupar-se em reunir argumentos contrários a uma guinada mais para a “empíria”, Schøllhammer reúne dados para verificar como a teoria da literatura é recebida em outras áreas. Com isso, acaba constatando a centralidade da teoria da narrativa em várias das ciências humanas, como vimos.

Eneida Maria de Souza, em seu livro *Crítica cult*, publicado em 2002 e que reúne textos, conforme a autora, escritos nos anos 1990, também faz historiografia das ideias, dedicando-se ao debate teórico em torno da crítica literária, dos estudos literários, da crítica cultural e da crítica latino-americana. Em um dos textos, chega a analisar mais detidamente as falas de alguns representantes que defendiam, na virada do século, a manutenção, a todo custo, do estatuto do literário, da autonomia do estético e da sua superioridade em relação aos demais discursos. Sua crítica a essas falas, provenientes de renomadas e renomados docentes de tradicionais universidades brasileiras e estrangeiras<sup>9</sup>, alguns com circulação

<sup>9</sup> No texto “A teoria em crise” (65-78), Eneida Maria de Souza cita alguns nomes de defensores ferrenhos do estatuto do literário: o francês A. Compagnon; o alemão S. J. Schmidt; os brasileiros Heidrun Olinto, Luiz Costa Lima, Leyla

relativamente larga em termos internacionais, é contundente. A autora nomeia o que então havia em curso em algumas falas: “[P]reconceitos de ordem teórica quanto à inserção de parâmetros de análise que suplantam a abordagem literária e alcançam interpretações vinculadas ao pólo cultural” (11). E, no texto já referido “A teoria em crise”, é categórica: “A defesa de uma teoria que poderia se impor como única e exclusiva não se sustenta mais no atual espaço acadêmico, pela natureza plural das tendências críticas” (77).

Da obra de Eneida Maria de Souza, também é elucidativo o texto “Os livros de cabeceira da crítica” (15-25), em que se dedica a historiar mais especificamente o estabelecimento das pós-graduações na área de Letras (incluindo Literatura e Cultura), em fins da década de 1970. A autora nos traz o contexto de recepção no Brasil das ideias pós-estruturalistas, bem como as polêmicas que causou. Esse contexto, em que defensores da estilística e da filologia se digladiavam com críticos da vertente sociológica marxista, em meio à recepção de autores e textos pós-estruturalistas, guarda relativa simetria com o que ocorre ao final dos anos 1990 e inícios dos 2000. Esse parece mesmo ser um traço de uma sociedade conservadora, em que os que estão no espaço de poder acadêmico lutam ferrenhamente para assegurar as suas posições contra ideias e posições emergentes, contra qualquer possibilidade de ampliação e democratização de espaços.

De toda forma, voltando aqui a Raymond Williams e especificamente aos aportes do “materialismo cultural”, lembramos que o autor fala da perda que ocorre em um projeto quando da institucionalização. Dito de outra maneira, quando um projeto prático vira projeto institucional, ocorre o que Cevasco constata: “... a disciplina por um lado paga a conta de sua institucionalização e conseqüente transformação de um modo de intervenção política em um modo de acumulação de conhecimento, testado em provas e exames acadêmicos” (135).

Nessa linha também se coloca a chilena Nelly Richard, que critica a versão metropolitana dos *Cultural Studies*, vendo neles um reducionismo neoliberal e um risco para a empreitada de uma crítica cultural engajada em termos latino-americanos mesmo; portanto, comprometida com questões que dizem mais respeito às sociedades latino-americanas e à sua situação social, estética e política.

Por vezes parece surgir a imagem daquele “intelectual orgânico”, de que Williams saudosamente se lembra, daquele que não chegou a fixar em livro as suas experiências de prática teórico-intelectual, mas que a exerceu intensamente em seus programa e cursos. O texto de Richard evoca Williams, quando este se refere a “um corpo teórico que racionalizou a situação da formação [dos estudos culturais] a ponto de torná-la burocratizada e a casa de intelectuais especializados” (“O futuro” 180).

Tanto Maria Elisa Cevasco e Nelly Richard, quanto Eneida Maria de Souza e Eneida Leal Cunha sugerem o campo da crítica cultural com potencial eficiente, enquanto instrumento, tecnologia de descrição do funcionamento da sociedade. As autoras não deixam de enfatizar a importância do agenciamento da teoria rumo a uma prática mais produtiva; em um movimento a contrapelo ao que a “academia” propôs em termos de institucionalização e de valorização desmedida da “teoria”. – Isso todos conhecemos: não mais é possível fazer nada dentro da academia sem institucionalizar, formalizar, burocratizar, fundamentar teoricamente, prognosticando possíveis resultados de impacto que possam ser mensurados metricamente, remetendo tudo isso a possíveis fontes orçamentárias!

Assim, ao cabo, Cevasco é contundente ao afirmar que a reconstituição histórica da formação da disciplina – do projeto e da formação, nos termos de Williams – seja um primeiro passo importante para a articulação e o agenciamento de uma prática mais produtiva. Incluiria nisso, entendo, também a compreensão da relativa reticência que a disciplina recebeu institucionalmente no Brasil no final do século xx. Uso o termo reticência em sentido quantitativo em termos de nomes de cursos mesmo, o que vale a pena ser ventilado um pouco mais detidamente.

## 9. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

Na reestruturação dos cursos de pós-graduação iniciado na década passada no Brasil, uma das exigências era a separação dos programas que, na grande área de Letras e Linguística, eram mistos, ou seja, eram programas

em Literatura e em Linguística. Mediante a separação, passaram a surgir programas com nomes diversos.

Nomes, ao menos na cultura ocidental, sempre dizem ou pretendem dizer algo da coisa a ser nomeada. Daí é que, curiosamente, é raro encontrar um programa de pós-graduação no Brasil com o nome de “estudos culturais”. O que se pode encontrar, são nomes de programas em que o escopo dos estudos culturais pode eventualmente estar diluído em sua fundamentação, tais como, Literatura e Cultura Regional (da Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul), Literatura e Interculturalidade (da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande, na Paraíba), Literatura e Cultura (da Universidade Federal da Bahia), em Crítica Cultural (da Universidade do Estado da Bahia) – isso em programas alocados na área denominada pela Capes (agência do Governo Federal que regulamenta o funcionamento dos cursos de pós-graduação no Brasil) de Letras, que quer dizer Literatura, já que Linguística, apesar de fazer parte do curso de letras, aparece na Capes como área independente.

Um levantamento prévio dos simpósios durante a Abralic de São Paulo em 2008 – portanto, dez anos após o marco institucional – demonstrou que a maioria deles tinha alguma vinculação com a área cultural. Portanto, a tendência na década passada, apesar de certa polarização entre estudos culturais e teoria literária e comparatismo, como já vimos aqui alhures, indicava, na prática das pesquisas, a crescente incorporação das questões culturais, de etnia, de classe, de gênero. Isso em parte se deve à promulgação das próprias leis afirmativas no começo da década passada (em 2003) pelo presidente Lula, o que reverberou, de certo, não só nos estudos literários.

Além disso, da própria prática acadêmica, ao menos de onde falamos, enquanto praticantes da teoria literária em seu viés dos estudos culturais e da crítica cultural, passou a ser comum nossa participação em eventos acadêmicos da área de educação, sociologia, antropologia, história... Tal postura incentivou um acercamento inter e transdisciplinar às questões complexas da cultura no momento atual, seja local e nacional, seja globalmente. Ela também nos possibilitou um diálogo crescente com práticas de pesquisa em outras universidades, principalmente latino-americanas, p. ex., em torno das questões da oralidade e das culturas autóctones.

De toda forma, a pergunta em torno do fato de haver poucos cursos de pós-graduação em estudos culturais, enquanto nome mesmo, persiste e deverá merecer levantamento detalhado junto às instituições que regulamentam a abertura de cursos (Ministério da Educação Federal, Capes). Uma hipótese, apesar de arriscada, poderia ser aventada: diante das polarizações que vimos de assinalar acima, talvez fosse possível que os agentes que procedem aos pareceres de aprovação ou desaprovação de novos cursos fossem afiliados a posturas teóricas antes mais conservadoras e “teoricamente preconceituosas”, para usar a expressão já citada de Eneida Maria de Souza. Ou então, diante da recusa de outros aportes já integrados aos estudos culturais, tais como os provenientes do pós-estruturalismo e que se plasmam em posturas críticas de desconstrução, acabaram por minar o próprio campo. Se este último foi o caso, ele se deve, em nosso contexto brasileiro, mais ao fato de que se considera estes aportes como de difícil compreensão, teóricos e abstratos por demais, de forma que uma grande maioria de estudantes e docentes acaba por se afastar deles, por conta de uma formação básica deficitária mesmo – afinal, devemos lembrar que a área de Letras é composta em sua maioria por estudantes provindos das camadas mais pobres e periféricas da nossa população, que, em sua quase totalidade, não tiveram – e continuam não tendo – acesso a uma escola de qualidade. – Essas são, enfim, questões que deverão ser mais aprofundadas em outro momento.

Enquanto conclusão provisória, vale assinalar recente diagnóstico a que chegou o argentino radicado no Brasil, Alfredo Cordiviola, ao analisar os debates em torno do pós-moderno e dos estudos culturais em meados dos anos 1990 e inícios dos 2000:

... poderíamos então dizer que esses debates, que se deram, com suas particularidades, em várias das áreas de conhecimento das ciências sociais e das humanidades, tiveram pelo menos três notórias [*sic*] consequências nas formas de pensar e articular os saberes sobre a literatura. A primeira, questionar a noção mesma de “Literatura” e do “literário”. A segunda, gerar um certo consenso em torno das virtudes dos pensamentos e das práticas transdisciplinares. A terceira, fomentar diversas reformulações e adequações nas propostas de curso, nas disciplinas e nos projetos desenvolvidos no âmbito das pós-graduações em Letras (67-8).

Portanto, o docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária da Universidade Federal de Pernambuco –, Programa que, assinalo, já foi indicado na obra de 2003 de Maria Elisa Cevasco como um dos locais em que os estudos culturais naquela época estavam sendo praticados –, reconhece uma institucionalização relativa, já que ela se plasma mais em ementas, planos de curso e projetos de pesquisa, do que propriamente no nome geral do curso de pós-graduação. Cordiviola aponta ainda, como consequência dessa institucionalização meio camuflada, uma “relativa cristalização de um jargão”, algo que já tínhamos assinalado no início deste trabalho. Tal jargão – ou campo semântico – aparentemente seria imprescindível, podendo, por um lado, não só ser visto como modismo, como “doxa triunfante” de padronização de ideias; mas também, por outro, “como uma possibilidade de questionar a língua falada e as maneiras de pensar as formas do ensino, da escrita e da pesquisa [...] e essa, em definitivo, seria mais uma contribuição apontada pelas discussões sobre os estudos culturais” (Cordiviola 68).

É neste rumo que vai a noção da decolonialidade, quando sugere ser necessário “Separar las palabras de las cosas”, como afirma Walter D. Mignolo logo de saída, no “Prólogo” de sua obra *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*.

## 10. OS ESTUDOS CULTURAIS LATINO-AMERICANOS E A VIRADA DECOLONIAL

Assim como a chamada para o presente dossiê temático indicava, de certa forma, “ponto de pauta” nas discussões da área de literatura e cultura latino-americanas, do outro lado do Atlântico me veio outra chamada para evento, provinda da Nigéria, sobre reinvenção das relações entre a África Negra e a América Latina e Caribe. Esta se direcionava, de um ponto de vista epistemológico, para fora, para além das nomenclaturas, compreensões e estigmas da teoria anglófona. Vejamos:

A imagem que se tem da Diáspora Africana geralmente está atrelada aos discursos teóricos e experiências epistêmicas do mundo anglo-saxônico. Essa perspectiva acaba limitando toda apreciação da identidade cultural das populações negras ao cotidiano dos centros metropolitanos da Europa, do Caribe de

língua inglesa e dos Estados Unidos, colocando em um segundo plano as experiências dos afro-latino-americanos e caribenhos não-anglo-falantes. Costuma-se, assim, valorizar sobremaneira conceitos teóricos como a chamada “dupla consciência” gilroyana como marca exclusiva da personalidade afro-diaspórica. Tal discurso muitas vezes ofusca outras experiências mais envolventes de sujeitos negros com uma vivência solidamente fincada na personalidade africana cujas raízes vão muito além da chamada “middle passage” para se consagrar na própria imanência da África Mãe (Chamada para divulgação: V Colóquio do Festival de Badagri – Nigéria).

Perpassa a ambas as chamadas, no meu entender, uma mudança de perspectiva em curso, que pode ser denominada como “virada decolonial”. A virada decolonial, neste sentido de uma torção epistemológica, tem suas raízes nos estudos culturais e literários latino-americanos, fato que gostaria de abordar brevemente.

No rumo de delinear uma imagem mais próxima do sujeito da enunciação, volto ao texto já antes referido de Renato Ortiz. Falava o então professor do Departamento de Sociologia da Unicamp, em seu artigo de 2004, da sua surpresa de ser considerado um “praticante dos estudos culturais”, fato que explicitamente cita como tendo lhe angariando “grande satisfação”.

Temporalmente ele localiza essa “consciência” a dois locais e a alguns nomes. O primeiro local, Berlim, onde Ortiz, segundo informa, teria, a convite de Hermann Herlinghaus, pronunciado uma conferência, em 1995. A impressão de ser representante de algo de que não estava ele próprio ciente também é atribuída à ocasião de um seminário realizado em 1996 na Escócia, do qual, além do próprio Stuart Hall, também participavam o antropólogo e filósofo colombiano Jesus Martin-Barbero e o antropólogo argentino radicado no México Néstor Garcia Canclini. A impressão de Ortiz de ser representante de algo de que não estava ele próprio ciente é índice mesmo de que os estudos culturais podem ser reportados a origens diversas, algo que Maria Elisa Cevasco já havia localizado no Brasil: uma tradição de estudos culturais, que pode ser remontada a trabalhos de Antonio Candido, por exemplo.

Contudo, mais do que identificar uma tradição de estudos culturais ao longo do séc. xx no Brasil, tratar-se-ia de entender isso em um

contexto regional mais ampliado, a saber, dentro da área de estudos latino-americanos, da teoria sobre a situação sócio-histórico-política da América Latina. Daí que se pode situar primeiramente uma afinidade de teorias e aportes que, apesar de originados na região, serem reunidos em coletâneas fora da região. Esse parece ter sido o caso do primeiro exemplo de Ortiz. Hermann Herlinghaus havia publicado em 1994, junto com Monika Walter, uma coletânea com textos de autores latino-americanos, sob o título sugestivo de *Posmodernidad en la periferia. Enfoques latinoamericanos de la nueva teoría cultural*. Tratava-se, ao menos em parte, de um aglutinamento a partir de fora. De outra parte, o próprio Ortiz, mais uma vez, vai dar a pista das afinidades entre os pesquisadores reunidos, quando se refere a “meus amigos” Canclini e Martin-Barbero, que também teriam estado no evento na Escócia.

A obra de Herlinghaus me chegou às mãos em 1997, quando de uma especialização em Freiburg, num curso para graduados em germanística, provindos da América Latina. Em um curso em que me matriculei no Romanisches Seminar (Departamento de Romanística), a obra foi intensamente discutida. A introdução dos organizadores da obra, intitulada “‘Modernidad periférica’ versus ‘proyecto de la modernidad’? Experiencias epistemológicas para una reformulación de lo ‘pos’moderno desde América Latina”, já sinalizava para uma percepção de um câmbio nos fundamentos disciplinares.

Mais recentemente, em artigo de 2014, Alfredo Cordiviola identifica, próximo ao fim da década de 1990, outras coletâneas, essas agora já organizadas na América Latina, em meio aos dois debates então em voga, um em torno da emergência do pós-moderno e o outro em torno dos estudos culturais. Além disso, essas coletâneas são produto mesmo de grupos de pesquisa e pesquisadores mais organizados. Pode-se entender isso como um grau de institucionalização dos estudos culturais e da teoria cultural latino-americana, a partir da América Latina. Uma dessas coletâneas é *Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales*, organizada por Mabel Moraña e editada no Chile; reúne trabalhos que repensam, numa perspectiva latino-americana, o papel do intelectual, o conceito de nação, o papel da memória e da identidade, os movimentos sociais, as relações entre as esferas global e local. Outra coletânea referida por Cordiviola é *Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate)*, organizada por Santiago Castro-Gómez e Eduardo Mendieta e editada no México, dá

conta das pesquisas epistêmicas que gravitam em torno das articulações da colonialidade. De forma semelhante, o mesmo grupo de pesquisa que se fez presente nesta obra, também comparece em parte em *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, organizada por Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel e publicada em Bogotá.

Outras obras mais recentes podem ser acrescentadas a esta pequena, mas não de somenos importante, lista inicial, tais como, *Cartografías del poder y descolonialidad*, editada por Bárbara Aguer, com prefácio de Walter D. Mignolo; e *Anibal Quijano: textos de fundación*, compilado por Zulma Palermo e Pablo Quintero, em torno desse pensador que se tornou referência de um coletivo de pesquisadores que é neste momento atual conhecido pela “trilogía modernidad/colonialidad/decolonialidad”.

Para fechar este tópico, indicando os rumos futuros de nossa pesquisa, vale citar trecho de Walter D. Mignolo, no prefácio à obra *Cartografías del poder y descolonialidad*, acerca do que pode vir a significar o *giro decolonial* (a virada decolonial):

En 2014 estamos ya avanzados en la desoccidentalización de la imagen del mundo. No hay ya razón para que el centro del mundo sea determinado por los diseños imperiales de Occidente. La reciente visita de Xi Jinping a Argentina, después de la quinta Cumbre de los BRICS, son signos que resulta difícil ignorar. La desoccidentalización del mundo re-inscribe, en el presente, el derecho — y hasta diría la obligación — de multiplicar los centros. Esto es lo que significa la expresión tan usada hoy de un mundo multipolar. Un mundo multipolar no lo es solo por los bancos, las monedas de cambio y las instituciones donde se dirimen las decisiones políticas que afectan al globo, sino que se transmiten a las historias locales. [...] La desoccidentalización no debe confundirse con la descolonialidad [*sic*], es una cuestión que se dirime en las relaciones inter-estatales. La decolonialidad en cambio, no es un proyecto estatal sino un proyecto de la emergente sociedad política global (9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o presente texto advertindo sobre certo grau de subjetividade e contextualidade inerente ao nosso propósito de abordagem dos estudos culturais no Brasil. Diante da complexidade do campo e da vastidão continental do país, foi necessário fazer certo recorte. Ainda concorre também para dificultar tal tarefa, a celeridade, a velocidade com que conjunturas locais, em sua relação com geopolíticas, se modificam. Isso pode fazer com que um esforço de captar determinado arranjo sócio-político logo se apresente como fora de foco. Para tanto, contudo, vale a premissa de que “as ideias culturais mudam com o mundo sobre o qual refletem”, de forma que, “a teoria cultural tem que ser capaz de prestar contas, em alguma medida, de seu próprio surgimento, de seu desenvolvimento e de suas falhas”, como observa Eagleton (*Depois da* 43).

Assim é que iniciamos este texto com a caracterização da virada linguística nas ciências humanas. Conforme Eagleton no mesmo texto, a “teoria” não acabou, nem é possível retornar a uma “inocência pré-teórica” (13), ou seja, como explica ele em seu estilo irônico: retornar ao que se estivesse fazendo “antes de Ferdinand de Saussure assomar no horizonte” (14) – o que equivaleria a dizer, voltar a uma prática meramente belletrística, com intelectuais recolhidos em suas torres de marfim.

Caracterizamos brevemente também as duas viradas culturais, localizando nelas alguns conjuntos teóricos importantes, por conta de seu comprometimento com a mudança social – dito de forma mais explícita: por conta de seus vínculos com a esquerda política, sendo de forma geral o marxismo o pano de fundo. É assim que se depositava, por parte de alguns teóricos, uma esperança nos estudos culturais como substitutos para o marxismo, mas de uma maneira discreta e respeitável, conforme Jameson (“Sobre os”) observou em uma análise de obra resultante de um congresso que tentava sistematizar os estudos culturais nos Estados Unidos em 1992 (a obra editada por Grossberg, Nelson e Treichler). Neste contexto, o autor também realça outras palavras-chave, a saber, identidade de grupo (concebida de forma não-essencialista e motriz das discussões internas da área naquele momento em grande expansão) e utopia (vinculada a certo desejo chamado “intelectual orgânico”).

É neste rumo que se buscou, em certa medida, perceber a chegada dos estudos culturais ao Brasil e especificamente à universidade, à área

de letras. Tal chegada coincidiu mais ou menos com a assunção ao poder no país pela esquerda representada pelo Partido dos Trabalhadores, que iniciou uma série de reformas, também na área educacional, ampliando grandemente a oferta de vagas e a própria quantidade de universidades públicas, além de instituir as leis afirmativas, que determinam certo número de vagas para afrodescendentes e indígenas. Como observamos, a clientela dos cursos de letras é em grande parte provinda das classes subalternas e pobres, bem como desse público que nela passa a chegar pelas leis afirmativas. Juntos, esses dois fatores (universidade novas, novo público) parecem fornecer um terreno propício para um tipo de estudos culturais específico, que nem sempre levará este nome, mas em cujo contexto a teoria provinda da área é recepcionada e, por vezes, mesclada com outros aportes (como, p. ex., com as abordagens da crítica social, teoria crítica e crítica cultural providas da Escola de Frankfurt). É nessa linha também que os estudos étnicos e étnico-feministas, no momento presente, ganham recepção (leitores, audiência nas mídias sociais) por parte de grupos mais amplos, para além dos muros da universidade.

Também observamos certa dinâmica de institucionalização relativa dos estudos culturais em termos de reformulação de programas de pós-graduação, quando percebemos uma tendência para que a área esteja mais presente em enfoques de pesquisas e ênfases, do que propriamente nos nomes dos cursos. Vimos que inicialmente a área foi recusada tanto pelos defensores do belletrismo (conservadores) quanto pelos marxistas ortodoxos (anti-americanistas-do-norte). Eu ainda acrescentaria mais um fator para a recusa: a fragilidade de todo o sistema educacional público brasileiro que, apesar das iniciativas feitas na década passada pela esquerda, corre, no momento atual em que escrevo, sério risco de desmantelamento. Em outras palavras, a efetivação de um golpe de estado em 2015 e a instituição de um estado de emergência (estado de exceção), em cujo bojo forças conservadoras representadas pelo fundamentalismo neopentecostal e pela direita elitista aliada aos interesses norte-americanos, pode vir a colocar abaixo os ganhos efetivos e instituir uma política de “aspepsia” do ensino. Tais políticas já estão em andamento, em projetos conservadores e antidemocráticos, como o “escola sem partido”, que quer tirar as disciplinas de sociologia, antropologia e filosofia do ensino fundamental e médio, o que vai interferir em toda a estrutura das humanidades nas universidades no país.

Talvez não estejamos tão otimistas quanto Mignolo na citação acima, mas, como observamos, de um ponto de vista empírico, há uma boa parte da intelectualidade que recepcionou a teoria provinda dos estudos culturais, da forma como desenvolvido aqui, que volta seu olhar para a África e para a América Latina. Em comum neste olhar percebemos os aportes e deslocamentos empreendidos pelas teorias decoloniais, que vejo como desenvolvimento futuro da área no país. E, neste rumo, para fechar, vale citar Silviano Santiago, que, em 1972, escrevendo justamente sobre América Latina, dizia: “Escrever, é escrever contra”, bem no sentido da desnaturalização e desautomatização das relações assimétricas de poder, algo que a teoria cultural, de forma geral, e os estudos culturais, em específico, podem proporcionar – com ou sem disciplina, dentro ou fora de uma área disciplinar.

## REFERÊNCIAS

- AGUER, BÁRBARA, editora. *Cartografías del poder y descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo, 2014.
- ANTELO, RAÚL. “Guerra cultural”. *Cult*, Nº 17, 1998, pp 46-9.
- BAKHTIN, MIKHAIL (V. N. Volochínov). “A relação entre a infra-estrutura e as superestruturas”. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo, HUCITEC, 2004, pp 39-47.
- BOAS, FRANZ. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro, J. Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. *Race, Language and Culture*. Chicago, Chicago U.P., 1940.
- BORDINI, MARIA DA GLÓRIA. “Estudos culturais e estudos literários”. *Letras de Hoje*, Nº 3, vol. 41, set. 2006, pp 11-22.
- CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO Y RAMÓN GROSFUGUEL, organizadores. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CASTRO-GÓMEZ, SANTIAGO Y EDUARDO MENDIETA, organizadores. *Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate)*. México DF, Miguel Ángel Porrúa, 1998.
- CEVASCO, MARIA ELISA. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo, Boitempo, 2003.

- “Chamada para submissão de artigos [para o n. 11, out. 2018; tema Brasil e os Estudos Culturais]”. *Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos*. Santiago de Chile, Centro de Estudios Culturales Latinoamericanos; Facultad de Filosofía y Humanidades. Universidad de Chile, 2017. Acesso em jun. 2017. [https://www.academia.edu/33039666/CHAMADA\\_Revista\\_Meridional\\_11\\_Brasil\\_e\\_os\\_Etudos\\_Culturais\\_](https://www.academia.edu/33039666/CHAMADA_Revista_Meridional_11_Brasil_e_os_Etudos_Culturais_)
- “Chamada para divulgação: V Colóquio do Festival de Badagri — Nigéria”. [Mensagem pessoal de correio eletrônico]. 16 maio 2017.
- CORDIVIOLA, ALFREDO. “Estudos culturais latinoamericanos: configurações de um sintagma”. *Estudos de Literatura Brasileira e Contemporânea*, Nº 44, jul./dez. 2014, pp 65-78.
- CORNEJO POLAR, ANTONIO. “O começo da heterogeneidade nas literaturas andinas: voz e letra no ‘diálogo’ de Cajamarca”. *O condor voa: literatura e cultura latino-americana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, pp 219-285.
- CUNHA, ENEIDA LEAL. “A emergência da cultura e da crítica cultural”. *Cadernos de Estudos Culturais*, Nº 2, vol 1, pp. 73-82, 2009. <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/2184/1355>
- CUNHA, ENEIDA LEAL. “Da cultura das disciplinas”. *Cerrados. Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*, Nº 19, 2005, pp 79-86.
- \_\_\_\_\_. “Estudos culturais e contemporaneidade”. *Ipotesi, Revista de Estudos Literários*, Nº 2, vol. 5, pp. 17-25, 2001. <http://www.ufff.br/revistaipotesi/files/2009/12/Estudos-culturais-e-contemporaneidade1.pdf>.
- “Dossiê Estudos Culturais”. *Cult*, Nº 17, dez. 1998, pp 43-56.
- DURING, SIMON. *The Cultural Studies Reader*. London/New York, Routledge, 2001.
- EAGLETON, TERRY. “A ascensão do inglês”. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo, Martins Fontes, 2006, pp 25-81.
- \_\_\_\_\_. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005.
- ESCOSTEGUY, ANA CAROLINA D. “Uma introdução aos estudos culturais”. *Revista FAMECOS*, Nº 9, dez. 1998, pp. 87-97. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014/2292>.
- FREUD, SIGMUND. *Autobiografia. Historia del movimiento psicoanalítico*. Madrid, Alianza, 1970.

- GROSSBERG, LAWRENCE, CARY NELSON Y PAULA A. TREICHLER, editores. *Cultural Studies*. Nova York, Routledge, 1992.
- HALL, STUART. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Brasília, Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1992.
- HALL, STUART Y MIGUEL MELLINO. *La cultura y el poder: conversaciones sobre los cultural studies*. Buenos Aires, Madrid, Amorrortu, 2007.
- HERLINGHAUS, HERMANN Y MONIKA WALTER, organizadores. “Modernidad periférica’ versus ‘proyecto de la modernidad’? Experiencias epistemológicas para una reformulación de lo ‘pos’moderno desde América Latina”. *Posmodernidad en la periferia. Enfoques latinoamericanos de la nueva teoría cultural*. Berlim, Langer, 1994, pp. 11-47.
- JAMESON, FREDRIC. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.
- JAMESON, FREDRIC. “Sobre os ‘estudos da cultura’”. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 39, jul. 1994, pp. 11-48.
- LYOTARD, JEAN-FRANÇOIS. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1986.
- MALINOWSKI, BRONISLAW. *Argonautas do Pacífico sul: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo, Abril Cultural, 1976.
- MARTINEZ-ECHAZÁBAL, LOURDES. “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual?” *Raça, ciência, sociedade*. Rio de Janeiro, CCB, 1996, pp. 107-124.
- MEDEIROS, SÉRGIO. “Politeísmo crítico”. *Cult*, Nº 17, dez. 1998, p. 44-45.
- MIGNOLO, WALTER D. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona, Gedisa, 2005.
- MORAÑA, MABEL, organizadora. *Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales*. Santiago, Cuarto Propio, 2000.
- NÖTH, WĪNFRIED. *Panorama da semiótica de Platão a Peirce*. São Paulo, Annablume, 1995.
- NÖTH, WĪNFRIED. *A semiótica no século XX*. São Paulo, Annablume, 1996.
- PALERMO, ZULMA Y PABLO QUINTERO, compiladores. *Anibal Quijano: textos de fundación*. Buenos Aires, Del Signo, 2014.

- PAZ, OCTAVIO. *Los hijos del limo*. Barcelona, Seix Barral, 1981.
- RICHARD, NELLY. “Saberes de mercado e crítica da cultura”. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002, pp. 188-206.
- RORTY, RICHARD. *Consequences of Pragmatism: Essays, 1972-1980*. Minneapolis, U. Minnesota P., 1982.
- SANTIAGO, SILVIANO. “O entre-lugar do discurso literário latino-americano”. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo, Perspectiva, 1978, pp. 11-28.
- SCHØLLHAMMER, KARL ERIK. “Estudos culturais – os novos desafios para a teoria da literatura”. *Diálogos Latinoamericanos*, Nº 1, 2000, pp. 33-44. Acesso em: 22 jan 2017. [www.lacua.au.dk/publications/1\\_di\\_logos\\_latinoamericanos/5-desafios5.pdf](http://www.lacua.au.dk/publications/1_di_logos_latinoamericanos/5-desafios5.pdf).
- SCHWARCZ, LILIA MORITZ. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.
- SEIDEL, ROBERTO H. “Teoria crítica e crítica cultural: a Escola de Frankfurt”. *Crítica cultural, crítica social e debate acadêmico e intelectual*. Salvador, EDUNEB, 2016, pp. 16-29.
- \_\_\_\_\_. *Embates simbólicos: estudos literários e culturais*. Recife, Bagaço, 2007. Versão para download disponível em: <https://femba.academia.edu/RobertoHSeidel>
- SILVA, TOMAZ TADEU DA. *O que são, afinal, os estudos culturais?* Belo Horizonte, Autêntica, 1994.
- SOUZA, ENEIDA MARIA DE. *Crítica cult*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- STOREY, JOHN, editor. *What is Cultural Studies: A Reader*. London, Arnold, 1996.
- THOMSON REUTERS. *Journal Citation Reports 2016. [JCR 2016]. Journals Receiving their first Impact Factor*. Acesso em: 20 out. 2016. <http://scientific.thomsonreuters.com/imgblast/JCR-newlist-2016.pdf>
- WILLIAMS, RAYMOND. “O futuro dos estudos culturais”. *Política do modernismo*. São Paulo, Editora Unesp, 2011, pp. 171-187.
- \_\_\_\_\_. *Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.